EDITAL - BENS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2015

Processo Administrativo n° 16.834/2014

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS-UNCISAL, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio **designados pelas Portarias nº 235/2015 e 291/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 03 de fevereiro de 2015 e 15 de abril de 2015, respectivamente, sediado a Rua Jorge de Lima 113, Trapiche da Barra, Maceió-AL., realizará licitação,** na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por item** , nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 1.424, de 22 de agosto de 2003, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **06/10/2015**

Horário: **09:00 (Brasília)**

Local: **www.licitacoes-e.com.br**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **material de consumo (alimentos),** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o exercício de **2015**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: UNCISAL

Fonte	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PI	PTRES
0120	10.302.0004.2.411.0000	3.3.90.30	003795	210019
0120	10.302.0004.2.413.0000	3.3.90.30	003797	270021
0120	10.302.0004.2.412.0000	3.3.90.30	003796	270020

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização da sessão, nos termos do caput do art. 4º, Anexo II, do Decreto Estadual nº 1.424/2003.

4.1. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.1.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.1.2. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.3. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.4. Que estejam reunidas em consórcio.

4.2. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante registrará, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do objeto;

5.6.2. Marca;

5.6.3. Fabricante;

5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do objeto.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.14.1. Produzidos no País;

6.14.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.14.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.15. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro das Empresas Inidôneas e Suspensas do Estado de Alagoas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral do Estado de Alagoas (www.controladoria.al.gov.br/superintendencia/correicao/ceis-al/superintendencia/correicao/ceis-al);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira.

8.4.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.4.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar a documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e à Qualificação Econômico-financeira.

8.6. Habilitação jurídica:

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou

inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados);

8.8.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

8.8.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.8.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.8.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

8.8.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.9. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.10. Qualificação Econômico-financeira:

8.10.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.10.2.1. **No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro;**

8.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.10.3. Comprovação da situação financeira da empresa constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

8.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.12. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via fac-símile (fax) número **(82)3315-6713/6741,** ou via e-mail **(uncisalcpl@gmail.com),** no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 5 (cinco) dias., após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail.

8.12.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.13.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sendo concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 60 (sessenta) minutos, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceito instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). A contratação terá prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3. Os prazos previstos no subitem anterior poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "online" ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.4.1. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

12.4.2. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.5. **Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.**

13. DO PREÇO

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

16.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

16.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

16.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações administrativas previstas na Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei nº 12.846, de 2013, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções nelas previstas, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

17.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000.

17.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.4. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Contrato ou Termo de Referência.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **(uncisalcpl@gmail.com)**, pelo fax **(82)3315-6713**, ou por petição dirigida ou protocolada na **Rua Jorge de Lima 113, Trapiche, CEP.: 57.010-382**.Maceio-AL.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro(24) horas.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **(licitações-e.com.br e uncisal.edu.br)**, e também poderá ser lido ou obtido na **Rua Jorge de Lima 113, Trapiche-Maceio-AL**. nos dias úteis, no horário das (08) horas às (17) horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

19.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato (quando for o caso)

19.10.3. ANEXO III – (Modelo da proposta de preço)

19.10.4. ANEXO IV – (Modelo das declarações)

Lucia de Fatima Cavalcante Gomes Pinto

Pregoeiro(a)

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

1 – OBJETO

Contratação de empresa especializada para aquisição de alimentos para a manutenção das refeições dos hospitais integrantes do complexo UNCISAL até 31 de dezembro de 2015.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de alimentos, para abastecimento do complexo da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL: Maternidade Escola Santa Mônica - MESM, Hospital Escola Dr. Helvio Auto - HEHA, Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR e PRÉDIO SEDE, no período de 2015, conforme termo de Referência, atendendo o que determina a lei 8666/93.

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO		UNIDADE DE COMPRA	UNIDADES				
				SEDE	HEHA	HEPR	MESM	TOTAL
01	**FÓRMULA INFANTIL**	FÓRMULA INFANTIL DE SEGMENTO probiotica, com bifidobacterium longum bl e streptococus lactobacillus rhamnosus, para lactentes de 6 a 12 meses, com proteínas modificada sem sua relação caseína/proteína do soro do leite (40:60), enriquecida com ferro, vitaminas, selênio, zinco, 100% lactose, osmolalidade: 331 mosm/kg, em pó, com densidade calórica de 67 kcal/100ml, reconstituição de uma medida para cada 30ml de água morna, fabricada no Brasil, acondicionado em lata de 400g, acondicionada em caixa de papelão reforçada. TIPO: NAN PRO 2 OU	LATA 400G	00	360	00	380	740

		SIMILAR.						
02	**FÓRMULA INFANTIL**	FÓRMULA INFANTIL isenta de lactose para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO: NAN SEM LACTOSE OU SIMILAR.	LATA 400G	00	288	00	600	888
03	**FÓRMULA INFANTIL**	FÓRMULA INFANTIL à base de proteína isolada de soja. isenta de lactose. para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO: NAN SOY OU SIMILAR	LATA 400G	00	288	00	350	638
04	**FÓRMULA INFANTIL PÓ**	FÓRMULA INFANTIL PÓ Semi-elementar, nutricionalmente completa, sem sacarose, lactose e glúten para crianças de 1 a 10 anos.	KG	00	144	00	0	144
05	**FÓRMULA INFANTIL**	FÓRMULA INFANTIL espessada com amido pré-gelatinizado. para lactentes de 0 a 12 meses. fórmula infantil eficaz e segura na redução dos episódios de regurgitação. TIPO: NAN A.R. OU SIMILAR.	LATA C/ 400 g	00	144	00	480	624
06	**FÓRMULA INFANTIL**	FÓRMULA INFANTIL à base de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada. para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO NAN H.A. OU SIMILAR.	LATA C/ 400 g	00	00	00	400	400
07	**FM 85**	FÓRMULA DE NUTRIENTES para recém-nascidos de alto risco, para ser acrescida ao leite materno. TIPO FM 85	Cx c/ 70 g , contendo envelopes individuais com 1 g cada	00	00	00	200	200
08	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **polimérica**, sistema fechado, nutricionalmente completa, densidade calórica 1,0 ou 1,2 cal/ml, normocalórica, hiperproteica (com no minimo de 16% de proteína), **sem fibras**, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	00	500	00	00	500
09	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: polimérica, sistema fechado, nutricionalmente completa, densidade calórica 1,0 ou 1,2 cal/ml, normocalórica, hiperproteica (com no mínimo 16% de proteína), **acrescida de fibras**, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	00	500	00	360	860
10	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **polimérica**, sistema fechado, nutricionalmente completa, **densidade calórica de 1,5 cal/ml**, hipercalórica, hiperproteica, com fibras, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	00	500	00	00	500

11	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **oligomérica de alta absorção**, sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica, isenta de sacarose e lactose e glúten.	LITRO	00	200	00	00	200
12	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LIQUIDA, **oligomérica** de alta absorção, nutricionalmente completa, especializada para pacientes críticos que apresentem alterações na resposta inflamatória, normocalórica (densidade calórica até 1,25cal/ml), hiperproteica (25% do vct), acrescida de glutamina, isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: sistema fechado de 1000 ml	LITRO	00	300	00	00	300
13	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **polimérica**, sistema aberto, nutricionalmente completa, **densidade calórica de 1,5 cal/ml**, hipercalórica, hiperproteica, com fibras, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	00	500	144	00	644
14	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **Polimérica**, sistema aberto com **100% de proteína de soja**, acrescida de fibras. Nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica, normolipidica, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	00	500	00	00	500
15	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **Polimérica**, sistema aberto, formulada para pacientes **diabéticos** e situações de hiperglicemia.	LITRO	00	500	60	00	560
16	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA, Descrição: **polimérica**, sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalorica, normoproteica,formulada para **crianças com faixa etária de 01 à 10 anos**. USO PEDIATRICO	LITRO	00	200	00	00	200
17	**DIETA ENTERAL PEDIÁTRICA PÓ**	DIETA PÓ, Descrição: **polimérica**, nutricionalmente completa, normocalorica, normoproteica,formulada para **crianças com faixa etária de 01 à 10 anos**.	EMBALAGEM 400 G	00	200	00	00	200
18	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA, nutricionalmente completa para necessidades do **nefropata e nefropata diabético** em tratamento conservador, hipoprotéica, rica em aminoácidos essenciais, de baixa osmolalidade isenta de lactose, sacarose e glúten.	LITRO	00	200	00	00	200
19	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA, nutricionalmente completa, para **hepatopata**, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	00	200	00	00	200

20	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LIQUIDA, **polimérica**, nutricionalmente completa, hipercalórica,normoproteica, especializada para **pacientes renais** em tratamento dialítico.	LITRO	00	300	00	00	300
21	**DIETA ENTERAL EM PÓ**	DIETA ENTERAL PÓ, nutricionalmente completa, com 100% aminoácidos livres, de alta absorção, isenta de lactose, sacarose e glúten. Para **crianças desde o nascimento**.	LATA	00	00	00	03	03
22	**DIETA ENTERAL ESPECIALIZADA PARA DIABETES**	DIETA LÍQUIDA. Descrição: sistema fechado, nutricionalmente completa, especializada para situações de hiperglicemia.	LITRO	00	200	00	00	200
23	**DIETA ENTERAL LACTENTE: LÍQUIDA**	DIETA ENTERAL LÍQUIDA, nutricionalmente completa, para **crianças de 0 a 12 meses**, isenta de sacarose e glúten.	LITRO	00	30	00	120	150
24	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA, **polimérica** hipercalórica, hiperprotéica, nutricionalmente completa, sistema fechado, **sem fibras**, sem sacarose e sem lactose.	LITRO	00	00	00	120	120
25	**DIETA LÍQUIDA**	DIETA LÍQUIDA, sistema fechado, nutricionalmente completa, **semi-elementar**, isenta de lactose, sacarose e glúten.	LITRO	00	252	00	60	312
26	**SUPLEMENTO NUTRICIONAL**	SUPLEMENTO NUTRICIONAL - Fórmula líquida nutricionalmente completa e balanceada, hipercalórica, normoproteica e normolipídica. TIPO: NUTREN 1,5 OU SIMILAR	EMBALAGEM DE 200 ml	00	1000	00	1440	2440
27	**SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL PARA DIABETES**	SUPLEMENTO NUTRICIONAL - Fórmula líquida especializada para auxiliar o controle glicêmico. Isento de lactose e não contém glúten.	EMBALAGEM DE 200 ml	00	600	00	1800	2400
28	**SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL PEDIÁTRICO**	SUPLEMENTO ALIMENTAR. Descrição: Líquido, nutricionalmente completo, hipercalórico, formulado para crianças com faixa e USO PEDIATRICO	LITRO	00	200	00	00	200
29	**SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL**	SUPLEMENTO LÍQUIDO. Descrição: Hipercalórico, hiperproteico isento de lactose e glúten.	LITRO	00	00	00	72	72
30	**SUPLEMENTO**	Suplemento nutricional oral liquido, hipercalórico (densidade calórica superior a 2,0 cal/ml), hiperproteico	EMBALAGEM DE 125	00	1000	00	00	1000

	NUTRICIONAL ORAL	especializado para pacientes com restrição de volume. Isento de lactose, sacarose e gluten. Sabores variados, pronto para uso. Apresentação: embalagem de 125 ml	ml					
31	**SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS**	SUPLEMENTO NUTRICIONAL instantâneo, uso pediátrico, diversos sabores, enriquecido com 26 vitaminas e minerais, lata com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da SAÚDE. REF. NUTREN KIDS OU SIMILAR.	LATA 400G	00	144	00	00	144
32	**EMULSÃO DE LIPÍDIO**	EMULSÃO DE LIPÍDIO. Descrição: Composto de **Triglicérideo de cadeia longa**.	LITRO	00	40	00	00	40
33	**MÓDULO DE TRIGLICERÍDEOS**	MÓDULO DE TRIGLICERÍDEOS, DESCRIÇÃO: Módulo de **triglicerídeos de cadeia média com AGE.**	FRASCO 250ML	00	00	00	03	03
34	**ESPESSANTE**	ESPESSANTE e gelificante para alimentos, não contém glúten.	EMBALAGEM COM 125 g	00	120	50	05	175
35	**MÓDULO GLUTAMINA**	MÓDULO GLUTAMINA. Descrição: Módulo de glutamina. SACHÊS DE 5g .	CAIXA C/ 20 SACHÊS DE 5G	00	00	00	10	10
36	**ALBUMINA**	ALBUMINA, descrição: tipo liofilizada, suplemento alimentar. Características adicionais: composto de clara de ovo pasteurizada e desidratada. em pó. isento de colesterol, gordura e glúten ; sem qualquer tipo de conservantes. registrado no ministério da agricultura. embalagem: acondicionada em saco de plástico transparênte, atôxico ; validade miníma doze meses.	EMBALAGEM C/ 500 g	00	00	00	02	02
37	**MÓDULO DE PROTEÍNA**	MÓDULO DE PROTEÍNA, descrição: Composto de 100% de caseinato de cálcio.	EMBALAGEM C/ 240 G	00	144	00	00	144
38	**MÓDULO DE MALTODEXTRINA**	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, descrição: Complemento energético composto de maltodextrina.	EMBALAGEM 500G	00	60	00	06	66
39	**MÓDULO DE FIBRAS**	MÓDULO DE FIBRAS dietéticas composto de fibras solúveis na proporção de 60% goma guar e 40% inulina. Prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto. LATA 260G	EMBALAGEM C/ 260G	00	144	00	00	144

40	**COMPOSTO LACTOBACILUS E FOS**	Composto Lactobacilos e FOS (embalagem com no mínimo 6g).	EMBALAGEM C/ 6 G	00	00	00	300	300
41	**LACTOBACILUS REUTERI + FIBRA SOLÚVEL**	Probiótico *Lactobacilus reuteri* em com combinação com fibras solúveis (60% goma guar parcialmente hidrolisada e 40% inulina) auxilia no equilíbrio da flora intestinal em situações de diarreia e disbiose.	EMBALAGEM C/ 6 SACHÊS DE 5 G	00	200	00	00	200

4. ATRIBUIÇÕES DA CONTRATATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

4.1 Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da **CONTRATANTE** ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

4.2. Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8883/94.

4.3. Responsabilizar-se pelos salários, encargo social, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto contratado;

4.4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, tendo como agente a **CONTRATADA**, na pessoa de prepostos ou estranhos;

4.5. Substituir, reparar ou repor o objeto ou parte dele considerada defeituoso, ou rejeitado pelo gestor desta contratação e/ou que venha a

apresentar defeitos graves de fabricação ou ainda que tenha sido danificado pela **CONTRATADA** ou preposto seu;

4.6. Promover a entrega dos bens no prazo, local e condições propostas na licitação e contrato, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**;

4.7. Observar para que o transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas à embalagens, volumes, etc.;

4.8. Responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;

4.9. Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste termo de referência;

4.10. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da **CONTRATANTE**;

4.11. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à **CONTRATANTE** em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

5. ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Constituem atribuições da **CONTRATANTE**

5.2. Promover o recebimento do objeto do presente contrato nos prazos fixados para tal;

5.3. Pagar, no vencimento, o valor do fornecimento acordado;

5.4. Zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, zelando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas manuseiem;

5.5. Fornecer à **CONTRATADA** a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar os relatórios de visita, quando necessário.

5.1.5. Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Estado da Alagoas, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura.

6 – PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1 O material deverá ser entregue de forma **PARCELADA** acordo com a tabela abaixo, em cada unidade, observando a solicitação do gestor da contratação, descrita na Ordem de Fornecimento, a entrega deverá ocorrer nos locais indicados nos respectivos contratos. A contratada deverá com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, marcar data e horário para entrega do material pelos telefones: Maternidade Escola santa Mônica 3315-4406 (Maria Conceição); Hospital Escola Dr. Hélvio Auto 3315 – 3246 (Keila); Hospital Escola Portugal Ramalho 9921- 1083 (Simonia).

ALIMENTOS		UNIDADE DE COMPRA	FORMA DE ENTREGA HEHA
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL DE SEGMENTO probiotica, com bifidobacterium longum bl e streptococus lactobacillus rhamnosus, para lactentes de 6 a 12	LATA 400G	Mensal 1º dia útil de 8:00 as 12:00

	meses, com proteínas modificada sem sua relação caseína/proteína do soro do leite (40:60), enriquecida com ferro, vitaminas, selênio, zinco, 100% lactose, osmolalidade: 331 mosm/kg, em pó, com densidade calórica de 67 kcal/100ml, reconstituição de uma medida para cada 30ml de água morna, fabricada no Brasil, acondicionado em lata de 400g, acondicionada em caixa de papelão reforçada. TIPO: NAN PRO 2 OU SIMILAR.		
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL isenta de lactose para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO: NAN SEM LACTOSE OU SIMILAR.	LATA 400G	Mensal 1º dia útil de 8:00 as 12:00
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL à base de proteína isolada de soja. isenta de lactose. para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO: NAN SOY OU SIMILAR	LATA 400G	Mensal 1º dia útil de 8:00 as 12:00
FÓRMULA INFANTIL PÓ	FÓRMULA INFANTIL PÓ Semi-elementar, nutricionalmente completa, sem sacarose, lactose e glúten para crianças de 1 a 10 anos.	KG	Mensal 1º dia útil de 8:00 as 12:00
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL à base de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada. para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO NAN H.A. OU SIMILAR.	LATA C/ 400 g	Mensal 1º dia útil de 8:00 as 12:00
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **polimérica**, sistema fechado, nutricionalmente completa, densidade calórica 1,0 ou 1,2 cal/ml, normocalórica, hiperproteica (com no minimo de 16% de proteína), **sem fibras**, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: polimérica, sistema fechado, nutricionalmente completa, densidade calórica 1,0 ou 1,2 cal/ml, normocalórica, hiperproteica (com no mínimo 16% de proteína), **acrescida de fibras**, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **oligomérica de alta absorção**, sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica, isenta de sacarose e lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LIQUIDA, **oligomérica** de alta absorção, nutricionalmente completa, especializada para pacientes críticos que apresentem alterações na resposta inflamatória, normocalórica (densidade calórica até 1,25cal/ml), hiperproteica (25% do vct), acrescida de glutamina, isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: sistema fechado de 1000 ml	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **polimérica**, sistema aberto, nutricionalmente completa, **densidade calórica de 1,5 cal/ml**, hipercalórica, hiperproteica, com fibras, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **Polimérica**, sistema aberto com **100% de proteína de soja**, acrescida de fibras. Nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica, normolipidica, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas

DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **Polimérica**, sistema aberto, formulada para pacientes **diabéticos** e situações de hiperglicemia.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA, Descrição: **polimérica**, sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalorica, normoproteica,formulada para **crianças com faixa etária de 01 à 10 anos**. USO PEDIATRICO	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA ENTERAL PEDIÁTRICA PÓ	DIETA PÓ, Descrição: **polimérica**, nutricionalmente completa, normocalorica, normoproteica,formulada para **crianças com faixa etária de 01 à 10 anos**.	EMBALAGEM 400 G	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA, nutricionalmente completa para necessidades do **nefropata e nefropata diabético** em tratamento conservador, hipoprotéica, rica em aminoácidos essenciais, de baixa osmolalidade isenta de lactose, sacarose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA, nutricionalmente completa, para **hepatopata**, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LIQUIDA, **polimérica**, nutricionalmente completa, hipercalórica,normoproteica, especializada para **pacientes renais** em tratamento dialítico.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA ENTERAL ESPECIALIZADA PARA DIABETES	DIETA LÍQUIDA. Descrição: sistema fechado, nutricionalmente completa, especializada para situações de hiperglicemia.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA ENTERAL LACTENTE: LÍQUIDA	DIETA ENTERAL LÍQUIDA, nutricionalmente completa, para **crianças de 0 a 12 meses**, isenta de sacarose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA, **polimérica** hipercalórica, hiperprotéica, nutricionalmente completa, sistema fechado, **sem fibras**, sem sacarose e sem lactose.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL PARA DIABETES	SUPLEMENTO NUTRICIONAL - Fórmula líquida especializada para auxiliar o controle glicêmico. Isento de lactose e não contém glúten.	EMBALAGEM DE 200 ml	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL PEDIÁTRICO	SUPLEMENTO ALIMENTAR. Descrição: Líquido, nutricionalmente completo, hipercalórico, formulado para crianças com faixa e USO PEDIATRICO	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL	SUPLEMENTO LÍQUIDO. Descrição: Hipercalórico, hiperproteico isento de lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL	Suplemento nutricional oral liquido, hipercalórico (densidade calórica superior a 2,0 cal/ml), hiperproteico especializado para pacientes com restrição de volume. Isento de lactose, sacarose e gluten. Sabores variados, pronto para uso. Apresentação: embalagem de 125 ml	EMBALAGEM DE 125 ml	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
SUPLEMENTO NUTRICIONAL PARA CRIANÇAS	SUPLEMENTO NUTRICIONAL instantâneo, uso pediátrico, diversos sabores, enriquecido com 26 vitaminas e minerais, lata com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no	LATA 400G	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas

	ministério da agricultura e/ou ministério da SAÚDE. REF. NUTREN KIDS OU SIMILAR.		
EMULSÃO DE LIPÍDIO	EMULSÃO DE LIPÍDIO. Descrição: Composto de **Triglicérideo de cadeia longa**.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
ESPESSANTE	ESPESSANTE e gelificante para alimentos, não contém glúten.	EMBALAGEM COM 125 g	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
MÓDULO DE PROTEÍNA	MÓDULO DE PROTEÍNA, descrição: Composto de 100% de caseinato de cálcio.	EMBALAGEM C/ 240 G	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
MÓDULO DE MALTODEXTRINA	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, descrição: Complemento energético composto de maltodextrina.	EMBALAGEM 500G	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
MÓDULO DE FIBRAS	MÓDULO DE FIBRAS dietéticas composto de fibras solúveis na proporção de 60% goma guar e 40% inulina. Prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto. LATA 260G	EMBALAGEM C/ 260G	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
LACTOBACILUS REUTERI + FIBRA SOLÚVEL	Probiótico *Lactobacilus reuteri* em com combinação com fibras solúveis (60% goma guar parcialmente hidrolisada e 40% inulina) auxilia no equilíbrio da flora intestinal em situações de diarreia e disbiose.	EMBALAGEM C/ 6 SACHÊS DE 5 G	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas

ALIMENTOS		**UNIDADE DE COMPRA**	**FORMA DE ENTREGA HEPR**
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **polimérica**, sistema aberto, nutricionalmente completa, **densidade calórica de 1,5 cal/ml**, hipercalórica, hiperproteica, com fibras, baixa osmolaridade, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: **Polimérica**, sistema aberto, formulada para pacientes **diabéticos** e situações de hiperglicemia.	LITRO	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
SUPLEMENTO NUTRICIONAL	SUPLEMENTO NUTRICIONAL instantâneo, sabores diversos, enriquecido com 25 vitaminas e minerais, acrescido de prébio 1, á base de leite em pó desnatado, frutooligossacarrídeos, gordura láctea e inulina. lata com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da SAÚDE. REF. NUTREN ACTIVE OU SIMILAR.	LATA 400G	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas
ESPESSANTE	ESPESSANTE e gelificante para alimentos, não contém glúten.	EMBALAGEM COM 125 g	Mensal 1º dia útil De 8:00 as 12:00 horas

ALIMENTOS	**UNIDADE DE COMPRA**	**FORMA DE ENTREGA MESM**

FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL DE SEGMENTO probiotica, com bifidobacterium longum bl e streptococus lactobacillus rhamnosus, para lactentes de 6 a 12 meses, com proteínas modificada sem sua relação caseína/proteína do soro do leite (40:60), enriquecida com ferro, vitaminas, selênio, zinco, 100% lactose, osmolalidade: 331 mosm/kg, em pó, com densidade calórica de 67 kcal/100ml, reconstituição de uma medida para cada 30ml de água morna, fabricada no Brasil, acondicionado em lata de 400g, acondicionada em caixa de papelão reforçada. TIPO: NAN PRO 2 OU SIMILAR.	LATA 400G	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL isenta de lactose para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO: NAN SEM LACTOSE OU SIMILAR.	LATA 400G	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL à base de proteína isolada de soja. isenta de lactose. para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO: NAN SOY OU SIMILAR	LATA 400G	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada. TIPO: ALFARÉ	LATA C/ 400 g	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL espessada com amido pré-gelatinizado. para lactentes de 0 a 12 meses. fórmula infantil eficaz e segura na redução dos episódios de regurgitação. TIPO: NAN A.R. OU SIMILAR.	LATA C/ 400 g	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
FÓRMULA INFANTIL	FÓRMULA INFANTIL à base de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada. para lactentes de 0 a 12 meses. TIPO NAN H.A. OU SIMILAR.	LATA C/ 400 g	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
FM 85	FÓRMULA DE NUTRIENTES para recém-nascidos de alto risco, para ser acrescida ao leite materno. TIPO FM 85	Cx c/ 70 g , contendo envelopes individuais com 1 g cada	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA. Descrição: polimérica, sistema fechado, nutricionalmente completa, densidade calórica 1,0 ou 1,2 cal/ml, normocalórica, hiperproteica (com no mínimo 16% de proteína), **acrescida de fibras**, isenta de sacarose, lactose e glúten.	LITRO	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
DIETA ENTERAL EM PÓ	DIETA ENTERAL PÓ, nutricionalmente completa, com 100% aminoácidos livres, de alta absorção, isenta de lactose, sacarose e glúten. Para **crianças desde o nascimento**.	LATA	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
DIETA ENTERAL LACTENTE: LÍQUIDA	DIETA ENTERAL LÍQUIDA, nutricionalmente completa, para **crianças de 0 a 12 meses**, isenta de sacarose e glúten.	LITRO	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA, **polimérica** hipercalórica, hiperprotéica, nutricionalmente completa, sistema fechado, **sem fibras**, sem sacarose e sem lactose.	LITRO	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
DIETA LÍQUIDA	DIETA LÍQUIDA, sistema fechado, nutricionalmente completa, **semi-elementar**, isenta de lactose, sacarose e glúten.	LITRO	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
SUPLEMENTO NUTRICIONAL	SUPLEMENTO NUTRICIONAL - Fórmula líquida nutricionalmente completa e balanceada, hipercalórica, normoproteica e normolipídica.	EMBALAGEM DE 200 ml	Quinzenal (Duas vezes ao mês)

	TIPO: NUTREN 1,5 OU SIMILAR		
SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL PARA DIABETES	SUPLEMENTO NUTRICIONAL - Fórmula líquida especializada para auxiliar o controle glicêmico. Isento de lactose e não contém glúten.	EMBALAGEM DE 200 ml	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
SUPLEMENTO NUTRICIONAL ORAL	SUPLEMENTO LÍQUIDO. Descrição: Hipercalórico, hiperproteico isento de lactose e glúten.	LITRO	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
MÓDULO DE TRIGLICERÍDEOS	MÓDULO DE TRIGLICERÍDEOS, DESCRIÇÃO: Módulo de **triglicerídeos de cadeia média com AGE.**	FRASCO 250ML	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
ESPESSANTE	ESPESSANTE e gelificante para alimentos, não contém glúten.	EMBALAGEM COM 125 g	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
MÓDULO GLUTAMINA	MÓDULO GLUTAMINA. Descrição: Módulo de glutamina. SACHÊS DE 5g .	CAIXA C/ 20 SACHÊS DE 5G	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
ALBUMINA	ALBUMINA, descrição: tipo liofilizada, suplemento alimentar. Características adicionais: composto de clara de ovo pasteurizada e desidratada. em pó. isento de colesterol, gordura e glúten ; sem qualquer tipo de conservantes. registrado no ministério da agricultura. embalagem: acondicionada em saco de plástico transparênte, atôxico ; validade miníma doze meses.	EMBALAGEM C/ 500 g	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
MÓDULO DE MALTODEXTRINA	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, descrição: Complemento energético composto de maltodextrina.	EMBALAGEM 500G	Quinzenal (Duas vezes ao mês)
COMPOSTO LACTOBACILUS E FOS	Composto Lactobacilos e FOS (embalagem com no mínimo 6g).	EMBALAGEM C/ 6 G	Quinzenal (Duas vezes ao mês)

7 – PRAZOS DE EXECUÇÃO

O prazo para inicio de execução é de 02 (dois) dias a contar da data da ordem de fornecimento do material.

8 – ACOMPANHAMENTOS DA EXECUÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelas gestoras do contrato:

Maternidade Escola Santa Mônica – MESM

Maria da Conceição Martiniano dos Santos

Função: Nutricionista

Matrícula: 159069-3

Hospital Escola Dr. Hélvio Auto – HEHA

Keila de Lima Nunes Teófilo

Função: Nutricionista

Matrícula: 1668-3

Hospital Escola Portugal Ramalho – HEPR

Maria Simonia Costa

Função: Nutricionista

Matrícula: 59066-5

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados a UNCISAL, por escrito no endereço: Rua Jorge de Lima nº 113, Trapiche da Barra, CEP: 57010-300 Maceió/AL ou poderão ser enviados pelo fax (82) 3315.6741 / 6713.

INFORMAMOS QUE AS DESCRIÇÕES TÉCNICAS, OU SEJA, AS ESPECIFICAÇÕES DISPOSTAS NO TOPICO 3, SÃO DE RESPONSABILIDADE DO SOLICITANTE, SENDO ASSIM, QUALQUER DÚVIDA TÉCNICA QUANTO A ESSE TÓPICO DEVE SER ENVIADA AO MESMO

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAUDE DE ALAGOAS-UNCISAL, E A EMPRESA (...) PARA A AQUISIÇÃO DE BENS.

CONTRATANTE: O Estado de Alagoas, por intermédio da **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DE ALAGOAS-UNCISAL**, inscrita(o) no CNPJ sob o nº **12.517.793/0001-08** e com sede na RUA Jorge de Lima 113, Trapiche,

representado pelo Reitor, em exercício, **Prof.Dr.PAULO JOSÉ MEDEIROS DE SOUZA COSTA,** inscrito no CPF sob o nº (...), **conforme autorização governamental publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 20 de janeiro de 2015**;

CONTRATADA: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...) e estabelecida na (...endereço...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), inscrito no CPF sob o nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...);

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo nº **16.834-2014**, inclusive Parecer-CJ/ UNCISAL- nº ___/___, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **material de consumo (alimentos)**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico (...) nº (...)/(20...) e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. Este Termo de Contrato tem prazo de vigência até **31 de dezembro do corrente ano**, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ (...) (...por extenso...).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa

de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado de Alagoas, para o exercício de **2015**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.

5.6.1. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação.

5.7. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da

regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega dos bens é **de forma parcelada de acordo com o item 6.1 do anexo I (Termo de Referencia) do edital**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (...) dias, ou a (...metade/um terço/dois terços...) do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e quantitativos constantes no Edital e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **cinco (05)** dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações e quantitativos constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos noEdital e seus anexos.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.3.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantitativos, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

9.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

9.3.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. CLÁUSULA DECIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta;

10.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

10.1.8. Obtiver vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

10.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas no Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

10.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. CLÁUSULA ONZE – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

11.4 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3 Indenizações e multas.

12 CLÁUSULA DOZE – VEDAÇÕES

12.1 É vedado à Contratada:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interromper a execução contratualsob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13 CLÁUSULA TREZE – DOS CASOS OMISSOS.

13.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

14 CLÁUSULA QUATORZE – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15 CLÁUSULA QUINZE – FORO

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Maceió – AL.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo foi lavrado em (...) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

_____

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

_____

TESTEMUNHA CPF Nº

_____

TESTEMUNHA CPF Nº

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

Razão Social da Licitante: .....
CNPJ: .....
Endereço: .....
CEP ..... Telefone:..... FAX: .....
E-Mail : .....

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R$).

Item	**DESCRIÇÃO**	**Marca e modelo:**	Unid.	Quant.	**PREÇO expresso em R$**	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

PRAZO DE ENTREGA: PARCELADA, de acordo com a tabela do item 6.1 do anexo I do Edital, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO II deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

Local e data

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)

ANEXO IV – MODELO DAS DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no item 6.4 do Edital da licitação de referência, a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da Lei.

Local e data.

_____

(Representante legal)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no item 6.4 do Edital da licitação de referência, a inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, comprometendo-se a informar eventuais e futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da Lei.

Local e data.

_____

(Representante legal)

DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

(em papel timbrado da empresa

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o Sr. ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e no item 6.5 do Edital da licitação de referência, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data.

_____

(Representante legal)